



Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald
Felipe Peixoto Braga Netto

Curso de **DIREITO**
CIVIL

Responsabilidade Civil

8^a revista
Edição atualizada
ampliada

2021

Sumário

Palavras Prévias – 8ª edição	23
Prefácio.....	29
PARTE I – TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	31
Capítulo I ► Conceito da Responsabilidade Civil do Filosófico ao Tecnológico	33
1. Conceito da Responsabilidade Civil	34
2. A polissemia da Responsabilidade Civil: uma agenda para os próximos anos	36
Capítulo II ► Princípios da Responsabilidade Civil.....	41
1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	42
2. Princípio da solidariedade	47
3. Princípio da prevenção	49
4. Princípio da reparação integral.....	53
Capítulo III ► Evolução Histórica, Política e Filosófica da Responsabilidade de Civil	57
1. Evolução histórica da responsabilidade civil	58
2. Fundamentos filosóficos da responsabilidade civil.....	64
3. Fundamentos políticos da responsabilidade civil.....	67
Capítulo IV ► As Funções da Responsabilidade Civil	73
1. A multifuncionalidade da responsabilidade civil.....	74
2. A função compensatória	79
3. A função punitiva	82
4. A função restitutória – <i>Disgorgement</i> e lucro da intervenção.....	88
5. A função precaucional.....	95
6. A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea.....	102
Capítulo V ► Modalidades de Responsabilidade Civil	107
1. A clássica dicotomia: responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente “civil”).....	108
1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades	110
1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial.....	111
1.3 O concurso de responsabilidades	117
1.4 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial.....	121
1.4.1 Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato.....	124

1.4.2	A violação de deveres anexos	126
1.4.3	A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação.....	128
1.4.4	A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação	135
1.4.5	A responsabilidade civil transubjetiva e os deveres anexos	139
1.4.6	O terceiro ofendido e a relação obrigacional	141
1.4.7	O terceiro ofensor e a relação obrigacional	147
1.5	Conclusão.....	151
2.	Responsabilidade civil e penal.....	152
2.1	Fundamentos da separação de responsabilidades.....	152
2.2	A confluência entre os ilícitos penal e civil.....	156
2.2.1	A culpa no direito civil e no direito penal.....	157
2.2.2	O dano.....	161
2.2.3	A tipicidade	162
2.3	A interseção entre a jurisdição civil e a criminal	163
2.3.1	Relativa independência de jurisdições.....	163
2.3.2	Repercussão civil da decisão penal condenatória.....	164
2.3.3	Repercussão civil da decisão penal absolutória	169
2.3.4	Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes?.....	171
2.4	Excludentes de ilicitude	175
Capítulo VI ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Subjetiva		177
1.	Introdução.....	178
1.1	Acepções da responsabilidade civil.....	178
1.2	Pressupostos da responsabilidade civil.....	180
2.	O ilícito civil	181
2.1	A caracterização do ilícito como fato jurídico	181
2.2	A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito.....	182
2.3	A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito.....	183
2.4	Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil?.....	185
2.5	O fato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude culposa).....	191
2.6	Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?.....	193
2.7	Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito	195
2.8	Excludentes de ilicitude civil.....	201
2.8.1	Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 92 e 930, CC).....	204
2.8.1.1	Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo.....	205
2.8.1.2	Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo.....	206
2.8.2	Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930).....	207
2.8.2.1	Pressupostos da legítima defesa.....	209

2.8.2.2	Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente.....	211
2.8.2.3	Legítima defesa de terceiro.....	211
2.8.2.4	Legítima defesa putativa.....	213
2.8.3	Exercício regular de um direito (art. 188, I).....	214
2.8.4	Estrito cumprimento do dever legal.....	216
2.8.5	Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea.....	218
3.	A culpa.....	219
3.1	A culpa e a responsabilidade civil.....	219
3.2	A evolução do significado de culpa civil.....	221
3.3	A culpa presumida.....	225
3.4	A graduação da culpa.....	228
3.4.1	A graduação da culpa médica no período de pandemia.....	233
3.5	O ilícito e a culpa.....	235
3.6	A mitigação da reparação por equidade.....	236
3.7	O renascimento da culpa.....	240
4.	O abuso do direito.....	246
4.1	O abuso do direito como ato ilícito.....	246
4.2	Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito?.....	254
4.3	O abuso do direito como cláusula geral.....	260
4.4	O intuito de prejudicar é necessário?.....	261
4.5	As hipóteses legais de abuso de direito.....	263
4.5.1	Fim econômico ou social.....	263
4.5.2	Boa-fé.....	264
4.5.3	Bons costumes.....	265
5.	O dano.....	267
5.1	O dano como elemento nevrálgico da responsabilidade civil.....	267
5.2	O conceito de dano.....	270
5.3	O dano e a técnica da ponderação de interesses.....	274
5.4	A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....	278
5.5	A medida dos danos.....	281
5.6	O dano patrimonial.....	285
5.6.1	O dano patrimonial e o pessoal.....	288
5.6.2	As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance.....	289
5.6.2.1	Os danos emergentes (dano positivo).....	290
5.6.2.2	Os lucros cessantes (dano negativo).....	293
5.6.2.3	A perda de uma chance.....	297
5.6.3	Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial.....	308
5.6.3.1	Dano reflexo ou em ricochete.....	308
5.6.3.2	Danos certos ou incertos.....	310
5.6.3.3	Danos presentes e futuros.....	311
5.6.3.4	A indenização preventiva.....	313
5.6.4	Danos patrimoniais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis.....	318

5.6.4.1	Verbas compensáveis.....	318
5.6.4.2	Verbas não compensáveis	320
5.6.5	<i>Compensatio lucri cum damno</i>	321
5.6.6	A legitimidade para exigir o dano patrimonial.....	327
5.6.6.1	A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação.....	327
5.6.6.2	Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar.....	328
5.6.6.3	Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais?.....	330
5.6.7	Lesão que cause incapacidade para o trabalho	331
5.7	O dano extrapatrimonial	335
5.7.1	Introdução.....	335
5.7.2	O histórico do dano moral: dos embates à aceitação	336
5.7.3	Em busca de um conceito – o que é o dano moral?.....	338
5.7.3.1	É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento?.....	340
5.7.3.2	O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana?.....	342
5.7.3.3	Afinal, o que é o dano moral?.....	344
5.7.4	Do dano moral ao dano extrapatrimonial: Uma proposta tipológica	349
5.7.4.1	O dano estético extrapatrimonial.....	352
5.7.4.2	O dano à imagem extrapatrimonial	353
5.7.4.3	O dano existencial.....	353
5.7.4.4	O estado da arte do dano moral.....	355
5.7.6	Dano moral – compensação ou indenização?.....	356
5.7.7	A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória e o direito de resposta... ..	360
5.7.8	A desmonetização da reparação pelo dano moral	363
5.7.9	O dano moral por inadimplemento obrigacional	368
5.7.10	A titularidade do direito à reparação	372
5.7.10.1	Noções gerais	372
5.7.10.2	A pessoa natural como legitimado ativo	373
5.7.10.3	Os lesados diretos.....	373
5.7.10.4	Os lesados indiretos.....	380
5.7.10.5	O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados?... ..	381
5.7.10.6	A pessoa jurídica como legitimado ativo	391
5.7.10.7	Os entes jurídicos despersonalizados.....	398
5.7.11	O dano moral coletivo.....	400
5.7.11.1	Introdução	400
5.7.11.2	Nossa opinião: o dano moral coletivo é uma pena civil.....	408
5.8	A valoração e a quantificação do dano moral	414
5.9	A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção	426
5.9.1	Linhas gerais	426
5.9.2	A sanção e a reparação	430
5.9.3	A urgência da pena civil.....	433
5.9.4	As extremas da pena civil.....	436
5.9.5	Critérios de aplicação da pena civil	441

5.9.6	Óbices à incidência da pena civil.....	444
5.10	O dano estético	452
5.10.1	Noções gerais	452
5.10.2	Fundamento constitucional	455
5.11	O dano-morte (dano ontológico)	458
6.	O nexa causal.....	462
6.1	Nexa causal como pressuposto da responsabilidade civil	462
6.2	A concausalidade.....	465
6.3	Teorias do nexa causal.....	467
6.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes causais.....	468
6.3.2	Teoria da causalidade adequada.....	471
6.3.3	Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade	473
6.4	As excludentes da responsabilidade civil.....	479
6.4.1	Força maior – o fortuito, interno e externo.....	480
6.4.2	O fato exclusivo da vítima.....	488
6.4.3	O fato concorrente e a redução de danos	490
6.4.4	O fato de terceiro.....	494
6.5	Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva)	499
6.6	Causalidade virtual.....	504
7.	O nexa de imputação	508

Capítulo VII ► Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Objetiva .. 515

1.	O contexto histórico.....	516
1.1	As bases da teoria subjetiva.....	516
1.2	O alvorecer da teoria objetiva	518
1.3	As primeiras linhas da teoria objetiva.....	520
1.4	A estrutura da teoria do risco.....	522
1.5	A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida?	525
1.6	A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa?	526
1.7	Culpabilidade e causalidade	528
1.7.1	Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar?	529
1.8	A evolução da teoria objetiva no Brasil.....	531
1.8.1	Fase anterior ao Código Civil de 2002.....	531
1.8.2	A teoria objetiva no Código Civil de 2002 uma radiografia do parágrafo único do artigo 927	534
1.9	A coexistência entre as teorias subjetiva e objetiva	542
1.10	Código Civil de 2002, risco proveito ou risco criado?.....	543
1.11	Código Civil de 2002, o risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade.....	548
1.12	A presunção de causalidade na teoria do risco.....	553
1.13	O risco criado no Código de Defesa do Consumidor	558
1.14	O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar.....	560
1.15	A repartição de riscos: o risco concorrente	564

1.16 O risco integral e o risco agravado.....	568
1.17 O risco de empresa ou do empreendimento.....	574
1.18 O risco e os profissionais liberais.....	577
1.19 Do risco ao alto risco da atividade.....	582
1.20 A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar.....	584
1.21 A responsabilidade objetiva pura e a impura.....	587
1.22 A securitização da responsabilidade civil.....	589
1.22.1 Responsabilidade: do individual ao social.....	589
1.22.2 A dinâmica dos seguros de responsabilidade civil.....	592
1.22.2.1 O contrato de seguro.....	592
1.22.2.2 O seguro privado obrigatório.....	597

PARTE II – RESPONSABILIDADE CIVIL EM ESPÉCIE 609

Capítulo I ► Responsabilidade Civil por Fato Próprio e por Fato de Outrem... 611

1. Responsabilidade civil por fato próprio.....	612
2. Responsabilidade civil por fato de outrem.....	615
2.1 Introdução: um tema teoricamente rico e difícil.....	615
2.2 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores.....	619
2.2.1 Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?.....	621
2.2.2 Solidariedade ou subsidiariedade: a responsabilidade dos pais pelos filhos menores.....	626
2.2.3 Os pais respondem civilmente pelo dano praticado por menor emancipado? ...	628
2.3 Danos causados por filhos maiores.....	629
2.4 Direito de regresso.....	631
2.5 A responsabilidade civil dos incapazes.....	632
3. Responsabilidade dos tutores e curadores.....	636
4. Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados.....	639
4.1 O dano foi causado em razão da função desempenhada?.....	643
4.2 Outras questões relevantes.....	644
4.3 A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?.....	646
5. Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais.....	647
5.1 Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviço.....	647
5.2 Responsabilidade civil pelo <i>bullying</i>	649
5.3 A polêmica questão do direito de regresso.....	650
5.4. A questão do <i>homeschooling</i>	652
6. Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos.....	653
6.1 Contextualização normativa e situações possíveis.....	653
6.1.1 Danos causados a hóspedes.....	654
6.1.2 Danos causados a empregados do hotel.....	655
6.1.3 Danos causados a terceiros.....	656
7. Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime.....	656

CAPÍTULO II ► Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa	659
1. Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas.....	660
2. Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936).....	662
2.1 Danos causados por animais nas rodovias.....	665
2.2 A visão dos animais como seres dotados de sensibilidade (seres sencientes).....	666
3. Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937).....	669
4. Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938).....	670
4.1 A queda anônima	671
4.2 Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938.....	672
5. Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos	673
5.1 A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos (danos causados pelo comodatário)	673
5.2 Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa.....	675
5.3 Outras situações possíveis	677
5.3.1 Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial	677
5.3.2 Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado	679
5.3.3 O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro)	680
 Capítulo III ► Responsabilidade Civil do Estado.....	 683
1. A teoria do risco administrativo.....	684
1.1 O forte componente jurisprudencial.....	685
1.2 Irrelevância da licitude do ato estatal.....	687
1.3 Atos de império e atos de gestão: distinção superada	689
2. Quem são os agentes públicos?.....	690
2.1 Alargamento conceitual e questões conexas.....	691
3. Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos	699
3.1 As chaves hermenêuticas relevantes	699
3.2 Distinguindo atividade econômica de serviço público.....	701
3.3 Serviços públicos sociais.....	702
4. Excludentes da responsabilidade civil estatal	703
5. Excludentes da ilicitude da ação ou omissão estatal	710
6. Responsabilidade estatal por ato de outrem: subsidiariedade ou solidariedade?	714
7. Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos	717
7.1 As distorções funcionais do Legislativo e as manifestações populares	717
7.2 Atos normativos estatais como origem de danos indenizáveis.....	719
7.3 Responsabilidade civil e dever de legislar: casos de omissão legislativa	721
7.4 Imunidade parlamentar	723
7.4.1 Responsabilidade do Estado pelos atos praticados à luz da imunidade material	724
8. Responsabilidade civil por atos judiciários	726
8.1 Prisões indevidas: dificuldades e critérios hermenêuticos	728
8.2 Pode haver responsabilidade civil do magistrado pelos danos?	729

8.3	A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial?.....	732
9.	Responsabilidade civil do Estado por omissão.....	732
9.1	Polêmica doutrinária e jurisprudencial: responsabilidade subjetiva ou objetiva?	733
9.2	O nexo causal na responsabilidade civil por omissão	738
9.2.1	O Estado tinha o dever de evitar o dano?	740
9.2.2	A responsabilidade civil estatal por danos ligados à violência urbana.....	742

Capítulo IV ► Responsabilidade Civil e Direito à Imagem 745

1.	Uma época de fotógrafos e cinegrafistas em todos os lugares: o culto à imagem como valor onipresente.....	746
2.	Contornos conceituais do direito à imagem: compreendendo sua inserção no mundo contemporâneo e traçando diretrizes hermenêuticas.....	748
3.	Contextualizando o uso da imagem alheia: outros critérios possíveis de interpretação	757
4.	Contextualização: as estreitas conexões temáticas entre imagem e imprensa	763
4.1	Jornalismo investigativo e crimes contra o patrimônio público.....	764
4.2	Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa?	766
4.2.1	Responsabilidade subjetiva.....	766
4.2.2	Responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco.....	768
4.3	Quem responde por escritos ofensivos publicados através da mídia?	769
4.4	Crterios de ponderação: a busca de soluções constitucionalmente consistentes.....	770
4.4.1	Veracidade da informação jornalística.....	771
4.4.2	Licitude do meio empregado na obtenção da informação	774
4.4.3	Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia.....	776
4.4.4	Local e natureza do fato	778
4.4.5	Existência de interesse público na divulgação	780
4.4.6	Preferência por medidas que não envolvam a proibição prévia da divulgação..	783
5.	Dano moral e televisão: agressões à imagem na guerra por audiência	785
5.1	Programas de humor	787
6.	Biografias não autorizadas.....	789
7.	<i>Hate speech</i>	791
8.	Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades	793

Capítulo V ► Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo 799

1.	O impacto do CDC no direito privado brasileiro.....	800
2.	Diálogo com a Constituição: fundamentos do CDC.....	803
3.	A redução qualitativa da autonomia da vontade na órbita patrimonial.....	810
4.	Responsabilidade civil nas relações de consumo: feições específicas.....	816
4.1	Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço	817
4.1.1	Vício do produto	818
4.1.2	Vício do serviço.....	820
4.1.3	Fato do produto	820
4.1.4	Fato do serviço.....	822

4.2	Perigo intrínseco	823
4.3	Prazo decadencial do vício e prazo prescricional do fato	824
4.4	Outras questões relevantes	826
5.	Prescrição e decadência: a disciplina no CDC	829
5.1	Decadência: vício do produto ou serviço	831
5.2	Prescrição: fato do produto ou serviço	833
5.2.1	A teoria da <i>actio nata</i> no STJ	836
5.2.2	O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais	837
5.3.	Conflitos entre o CDC e o CC: interpretação mais favorável ao consumidor	838
5.4.	Direito ao tempo “útil” e as relações de consumo	838
6.	Excludentes de responsabilidade civil: quais são aceitas nas relações de consumo?	840

Capítulo VI ► Responsabilidade Civil Digital 849

1.	Os breves (e espantosos) passos da internet	850
2.	Rumo a uma sociedade sem papel? A progressiva desmaterialização dos bens na sociedade da informação	853
2.1	Os múltiplos e simultâneos focos de emissão da informação: mudanças no perfil social do ser humano	855
3.	O mundo digital como um mundo fundamentalmente colaborativo	855
3.1	Características colaborativas do universo digital: da Wikipedia ao <i>crowdfunding</i>	857
4.	Uma multiplicidade crescente de negócios jurídicos praticados via internet	858
4.1	Pensando o CDC para o comércio eletrônico	860
4.2	O olhar jurisprudencial brasileiro para a internet	861
4.3	O novo comércio eletrônico na atualização do CDC	863
5.	O mundo virtual e seus danos (bastante reais)	865
5.1	O <i>cyberbullying</i>	868
6.	Responsabilidade civil dos provedores: especificidades	869
6.1	Dever de retirada imediata do conteúdo ofensivo e questões conexas	870
6.2	Dever de guarda dos dados identificadores dos usuários e questões probatórias conexas	874
6.3	Responsabilidade dos provedores de pesquisa virtual pelos resultados das buscas	878
7.	Marco Civil da Internet	878
8.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018)	883

Capítulo VII ► Responsabilidade Civil na Área Médica 887

1.	A saúde no Estado dos direitos fundamentais	888
2.	A medicina do século XXI: avanços e perspectivas	891
3.	Os danos causados no exercício da medicina: contextualização e peculiaridades	893
4.	A responsabilidade subjetiva dos médicos: especificidades e modos de caracterização	898
5.	A complexa questão probatória na responsabilidade civil médica	904
5.1	Perda da chance e atividade médica	906

6. A relação médico e paciente como uma relação de consumo: consequências hermenêuticas da aplicação do CDC	908
6.1 Planos de saúde: experiência brasileira contemporânea	911
7. Responsabilidade dos hospitais por atos dos médicos: regime especial	920
8. Danos sofridos em hospitais públicos ou postos de saúde	923
8.1 Serviços públicos sociais × serviços de relevância social	925
9. Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos	926
9.1 Obrigações de meio	926
9.2 Obrigações de resultado	927
9.2.1 Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente	928
9.2.2 Procedimentos de natureza mista	930
9.3 A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos?	931
10. Importância do princípio da função social dos contratos na interpretação da matéria	934
11. Uma consideração diferenciada em relação aos bens jurídicos não patrimoniais	935

Capítulo VIII ► Responsabilidade Civil dos Advogados 941

1. Contornos conceituais da advocacia e imunidade profissional: alcance e conteúdo	941
2. Danos relacionados ao exercício da capacidade postulatória	945
2.1 Dever de sigilo: o que compreende e até onde vai	947
3. Compreendendo a natureza e os limites da responsabilidade civil dos advogados: é necessária a prova da culpa pela vítima?	949
4. Perda da chance: uma categoria conceitual progressivamente adotada em relação aos advogados	952
5. Seguro de responsabilidade civil	954
6. Obrigações de meio e resultado: especificidades em relação aos advogados e indagação acerca da adequação teórica do dualismo	955
7. A questão do Código de Defesa do Consumidor: posição do STJ	957

Capítulo IX ► Responsabilidade Civil das Empresas de Estacionamento e demais Encarregados da Guarda ou Vigilância de Veículos 963

1. Um amor (brasileiro?) por carros	964
2. Uma realidade contemporânea: a necessidade da guarda de veículos em locais presumivelmente seguros	964
3. Empresas de estacionamento: compreendendo as excludentes	966
4. Irrelevância da gratuidade ou da realização de negócios jurídicos conexos	970
5. Outras situações possíveis: manobristas de restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, postos de combustíveis etc.	972
6. Estacionamentos de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público	975
6.1 A questão da chamada “faixa azul”	977
7. Estacionamentos gratuitos ofertados por entes, personalizados ou não, sem fins lucrativos	978

Capítulo X ► Responsabilidade Civil dos Estabelecimentos Bancários e Securitários	981
1. Contextualização e linhas gerais: migração do mundo físico-convencional para o universo digital	982
2. Bancos como fornecedores de serviços à luz do CDC	982
3. Os poderes privados na sociedade contemporânea: construindo um paradigma contratual que se distancia dos moldes clássicos.....	985
4. Danos possíveis e comuns nas relações entre bancos e clientes	988
4.1 Cartões de crédito e débito.....	989
4.2 Roubos ou furtos em cofres alugados.....	992
4.3 Fraudes ocorridas na internet	993
4.4 Outras situações de danos indenizáveis.....	994
5. Uma análise rigorosa e restrita acerca das excludentes de responsabilidade civil: os riscos da atividade.....	998
5.1 Assaltos relacionados à atividade bancária: em que casos o banco responde civilmente?	999
5.2 Não cabe responsabilizar o Estado pelos danos?.....	1000
6. Contratos bancários e impossibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado: exceção ao sistema de nulidades do CDC	1002
7. Diálogo das fontes em favor do consumidor: prazos prescricionais.....	1003
8. Inscrição indevida em cadastros negativos	1004
9. Responsabilidade civil das seguradoras: questões relevantes.....	1006
 Capítulo XI ► Responsabilidade Civil do Transportador	 1013
1. Contextualização	1014
2. Transporte de pessoas.....	1015
2.1 Danos conexos e danos não conexos ao transporte: distinções relevantes.....	1015
2.2 Transporte gratuito ou de mera cortesia: hipótese em que a culpa leve não basta?.....	1017
2.3 Excludentes de responsabilidade: peculiaridades jurisprudenciais relevantes	1019
3. Transporte aéreo.....	1021
4. Transporte de cargas.....	1028
 Capítulo XII ► Responsabilidade Civil dos Construtores.....	 1031
1. Construção civil: crescimento e contextualização social	1032
2. Um sistema híbrido de regras: o diálogo das fontes (CDC, Código Civil e Lei nº 4.591/64)...	1033
3. Incorporação imobiliária (Lei nº 4.591/64).....	1034
4. Empreitada (Código Civil, arts. 61 a 626)	1036
5. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	1038
6. A chamada lei anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei nº 12.846.....	1041
 Capítulo XIII ► Responsabilidade Civil Automobilística.....	 1045
1. Os tristes números brasileiros no trânsito: cerca de 5 mil mortes por ano	1046

2. Dialogando entre formas e fontes de responsabilidades distintas: objetiva e subjetiva, pública e privada.....	1050
3. Responsabilidade estatal objetiva por ações ou omissões na matéria.....	1052
4. Há casos de responsabilidade civil objetiva na responsabilidade civil automobilística?	1053
4.1 A teoria do risco pode, em alguma hipótese, ser aplicável à responsabilidade civil automobilística?	1055
5. Questões específicas da responsabilidade civil automobilística	1056
5.1 O proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor?	1056
5.2 Danos causados na condução de carros roubados ou furtados.....	1060
5.3 Quem pode ser considerado o proprietário do veículo? A questão do registro nos órgãos de trânsito.....	1061
5.4 Locadoras de veículos: a responsabilidade civil pelo uso do carro locado	1062
5.5 A teoria do corpo neutro: quando o veículo é mero agente físico do prejuízo.....	1063
6. A questão da culpa e do nexa causal: analisando situações específicas.....	1064
7. Danos materiais e pensões periódicas: natureza e duração.....	1071
8. Danos a coisas e danos a pessoas: um norte hermenêutico.....	1075
Bibliografia	1077

Cristiano Chaves de Farias
Nelson Rosenvald

Curso de Direito
CIVIL

Contratos
Teoria Geral e Contratos em Espécie

4

8^a revista,
atualizada
e ampliada
edição

2018



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

F224c Farias, Cristiano Chaves de
Curso de direito civil: contratos / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald – 8. ed.
rev. e atual. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.
1.152 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1963-8.

1. Direito civil. 2. Contratos. I. Título.

CDD 342.144

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

7-1-14

Sumário

Palavras Prévias – 8ª edição	23
Prefácio	29
Capítulo I ► Introdução à Teoria Geral dos Contratos	33
1. O direito civil constitucional.....	34
1.1 O direito civil na feição liberal.....	34
1.2 A humanização do direito civil.....	36
1.3 A eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.....	39
1.4 Perspectivas para o direito civil.....	42
2. O contrato e a Constituição Federal.....	44
2.1 A materialização dos contratos.....	44
2.2 A liberdade contratual hoje: duas vertentes.....	47
2.2.1 A liberdade contratual como binômio autodeterminação – Justiça contratual ...	47
2.2.2 A liberdade contratual como elemento da ordem de concorrência.....	48
2.2.3 A pluralidade de dimensões funcionais do contrato.....	50
3. Contrato: evolução, conceito, local e tempo.....	54
3.1 A evolução e o conceito do contrato.....	54
3.2 Localização do contrato no direito civil.....	62
3.3 O tempo do contrato.....	68
3.3.1 A escada pontiana.....	68
3.3.2 O direito intertemporal dos contratos.....	71
Capítulo II ► A Formação dos Contratos	77
1. A formação dos contratos paritários.....	78
1.1 Noções iniciais.....	78
1.2 Estrutura da formação do contrato no Código Civil.....	79
1.2.1 Negociações preliminares e a responsabilidade pré-contratual.....	80
1.2.2 Proposta e aceitação.....	86
1.2.3 A aceitação tácita e pelo silêncio.....	95
1.3 Tempo e local de conclusão do contrato paritário.....	100
2. A formação dos contratos massificados.....	102
2.1 Oferta nos contratos civis de adesão.....	102
2.2 Formação do contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	105
2.3 Formação do contrato eletrônico.....	114
3. Contrato preliminar.....	120

3.1	Noções gerais	121
3.2	Regime jurídico.....	125
3.3	A promessa de doação.....	134
3.4	A eficácia real do contrato preliminar.....	137
3.5	O contrato preliminar impróprio.....	140
Capítulo III ► A Princiologia Contratual.....		147
1.	Noções iniciais.....	147
2.	O princípio da autonomia privada.....	150
2.1	Da autonomia da vontade à autonomia privada	150
2.2	A autonomia contratual e a autonomia existencial.....	156
2.3	A nova força obrigatória dos contratos.....	163
2.3.1	O papel da lei.....	166
2.3.2	O papel do juiz.....	167
3.	O princípio da boa-fé objetiva	171
3.1	A boa-fé – histórico.....	171
3.2	Noções preliminares.....	174
3.3	A boa-fé como modelo no Código Civil	180
3.4	Os deveres de conduta.....	182
3.4.1	A função integrativa da boa-fé	183
3.4.2	A cláusula geral do art. 422 do Código Civil.....	186
3.4.3	As funções dos deveres de conduta.....	187
3.4.4	Violação positiva do contrato.....	193
3.5	A boa-fé e o abuso do direito.....	196
3.5.1	Limites internos ao exercício de direitos subjetivos.....	200
3.5.2	Categorias de exercícios abusivos do direito.....	202
3.5.2.1	Desleal exercício de direitos – O Adimplemento Substancial	203
3.5.2.2	Desleal não exercício de direitos: venire contra factum proprium; supressio e surrectio.....	205
3.5.2.3	Desleal constituição de direitos – tu quoque.....	210
3.5.2.4	O Dever de Mitigar o Próprio Prejuízo – Duty to mitigate the own loss.....	212
3.6	A boa-fé e o princípio da solidariedade.....	215
3.7	A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana	218
3.8	A boa-fé objetiva no CPC/15	219
4.	A função social do contrato	221
4.1	A funcionalização do negócio jurídico	221
4.2	A função social do contrato como causa do negócio jurídico.....	224
4.3	A função social interna do contrato	226
4.3.1	A função social interna do contrato e a dignidade da pessoa humana.....	230
4.4	A função social externa do contrato	232
4.4.1	O contrato ofensivo a interesses metaindividuais.....	234
4.4.2	O terceiro ofendido.....	236
4.4.3	O terceiro ofensor	243
4.5	Estado da arte	250
5.	Justiça contratual	251

5.1	Noções gerais	251
5.2	O equilíbrio contratual	255
5.2.1	A lesão	257
5.2.2	Da alteração das circunstâncias.....	262
5.2.3	A cláusula de <i>hardship</i>	269
Capítulo IV ► Classificação e Qualificação dos Contratos.....		275
1.	Classificação estrutural dos contratos.....	275
1.1	As dicotomias clássicas.....	275
1.2	Classificações tradicionais.....	277
1.2.1	Contratos bilaterais (sinalagmáticos) e unilaterais.....	277
1.2.2	Contratos onerosos e gratuitos.....	281
1.2.3	Contratos comutativos e aleatórios.....	285
1.2.3.1	Noções gerais.....	285
1.2.3.2	A alienação aleatória.....	288
1.2.4	Contratos consensuais e reais.....	293
1.2.5	Contratos solenes e não solenes.....	294
1.2.6	Contratos instantâneos e contratos de duração.....	297
1.2.7	Contratos principais e acessórios.....	300
1.2.8	Contratos intuitu personae e impessoais.....	302
2.	Classificação funcional dos contratos.....	305
2.1	Classificações do contrato contemporâneo.....	305
2.2	O contrato de consumo.....	307
2.2.1	Os três sujeitos contratuais.....	307
2.2.2	Contratos civis e contratos de consumo – Diálogo de fontes.....	310
2.2.3	Contratos empresariais.....	320
2.3	O contrato de adesão.....	324
2.4	As cláusulas contratuais gerais.....	338
2.4.1	Noções gerais.....	338
2.4.2	Controle do conteúdo das cláusulas contratuais gerais.....	341
2.5	O contrato-tipo.....	350
2.6	Contratos coletivos e acordos normativos.....	351
2.7	Contratos coativos e necessários.....	354
2.7.1	A liberdade de contratar.....	354
2.7.2	A obrigação de contratar.....	355
2.8	O contrato relacional.....	359
2.9	O contrato associativo.....	363
2.10	O contrato eletrônico.....	365
2.10.1	Noções gerais.....	365
2.10.2	Despersonalização do contrato.....	367
2.10.3	Desmaterialização do contrato.....	368
2.10.4	Desterritorialização do contrato.....	369
2.10.5	Desconfiança do consumidor.....	370
2.11	Contratos cativos de longa duração.....	372
2.12	Contratos sob o paradigma da essencialidade.....	376
2.12.1	Noções gerais.....	376

2.12.2	Evolução do conceito de bem jurídico.....	378
2.12.3	Evolução da função do patrimônio	379
2.12.4	O patrimônio mínimo existencial	381
2.12.5	O paradigma da essencialidade	383
2.12.6	O bem de família.....	385
2.12.7	O bem mínimo existencial.....	386
2.12.8	A ponderação entre a tutela do bem existencial e o direito ao crédito.....	388
2.12.9	Do bem de família aos bens mínimos existenciais.....	391
2.13	Contratos de direitos da personalidade.....	395
2.13.1	Noções gerais	395
2.13.2	Contrato de cessão de uso de imagem	399
2.13.3	Contrato de direitos autorais.....	402
2.13.4	Contrato de casamento.....	409
2.13.4.1	Casamento como contrato relacional	409
2.13.5	Os esposais	412
2.13.6	Contrato de união estável.....	414
2.13.6.1	Contornos gerais	415
2.13.6.2	Celebração do contrato de convivência e modificabilidade.....	416
2.13.6.3	Eficácia do pacto convivencial.....	417
2.13.6.4	Conteúdo.....	418
2.13.7	O contrato de namoro e seus efeitos sobre a união estável.....	419
3.	Qualificação dos contratos.....	421
3.1	Qualificação e classificação dos contratos.....	421
3.2	Contratos típicos e atípicos	422
3.3	Contratos mistos e coligados	430
3.4	As redes contratuais	435

Capítulo V ► Da Interpretação do Contrato 443

1.	Introdução.....	444
2.	Os elementos estruturais do negócio jurídico.....	448
3.	A posição adotada pelo Código Civil de 2002.....	451
3.1	A função interpretativa do art. 113 do Código Civil.....	453
3.2	O elemento consuetudinário na interpretação dos contratos.....	459
3.3	Interpretação dos negócios gratuitos.....	463
3.4	Interpretação da declaração tácita de vontade.....	464
4.	Interpretação dos contratos de massa	466

Capítulo VI ► Cessão do Contrato..... 477

1.	Noções gerais.....	478
2.	Requisitos	483
3.	Efeitos.....	486
4.	Distinções com outros modelos jurídicos	487
5.	O subcontrato.....	487
5.1	Noções gerais	487
5.2	Distinção entre o subcontrato e a cessão contratual.....	492

Capítulo VII ► Relatividade dos Contratos	493
1. Estipulação em favor de terceiro.....	494
1.1 Noções gerais	494
1.2 Regime jurídico.....	497
1.3 O pacto sucessório e a estipulação em favor de terceiro.....	501
2. Promessa de fato de terceiro	503
3. Contrato com pessoa a declarar.....	507
3.1 Noções gerais	507
3.2 Regime jurídico.....	509
 Capítulo VIII ► Efeitos dos Contratos	 515
1. Vícios redibitórios.....	515
1.1 Noções conceituais	515
1.2 Fundamentação jurídica dos vícios redibitórios.....	518
1.3 Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios.....	521
1.4 As ações edilícias.....	524
1.5 Os vícios redibitórios no CDC.....	531
1.6 A desmaterialização dos vícios redibitórios	541
2. Evicção	542
2.1 Noções conceituais	542
2.2 Fundamentação jurídica da garantia	545
2.3 Elementos da evicção	547
2.3.1 Privação do direito do adquirente.....	547
2.3.2 Preexistência do direito do terceiro.....	549
2.3.3 Privação judicial ou extrajudicial.....	553
2.3.4 A evicção e o princípio da concentração na matrícula imobiliária	554
2.4 Extensão da garantia.....	558
2.5 A denúnciação da lide.....	565
 Capítulo IX ► Extinção dos Contratos	 571
1. Noções gerais.....	572
2. Extinção pelo regular cumprimento.....	573
2.1 Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação simples.....	573
2.2 Extinção normal do contrato na perspectiva da obrigação complexa	575
3. Extinção pela inexistência e pela invalidade.....	576
4. Extinção pela ineficácia	578
4.1 A cláusula resolutiva expressa.....	580
4.2 A cláusula de arrependimento.....	584
4.3 Resilição	586
4.3.1 Distrato ou resilição bilateral	587
4.3.2 Resilição unilateral.....	589
4.4 Rescisão.....	598
4.5 Resolução	600

4.5.1	Natureza da resolução.....	601
4.5.2	A impossibilidade superveniente da prestação	604
4.5.3	A extinção dos interesses objetivos do credor	606
4.5.3.1	Inexecução voluntária	612
4.5.3.2	Inexecução involuntária.....	613
4.5.4	A violação positiva do contrato (ou cumprimento imperfeito do contrato).....	614
4.5.5	O adimplemento substancial	615
4.5.6	O inadimplemento antecipado	618
4.5.7	O cumprimento dos deveres anexos pelo credor.....	620
4.6	A resolução por alteração superveniente das circunstâncias.....	621
4.7	A resolução pela frustração do fim do contrato.....	633
4.8	Extinção por morte de um dos contratantes	635
5.	A exceção de contrato não cumprido	636
5.1	Noções gerais	636
5.2	O risco de descumprimento	643
5.3	A exceptio nos contratos administrativos.....	645

Capítulo I ► Contrato de Compra e Venda 651

1.	Noções gerais e quadro evolutivo da compra e venda.....	651
2.	O regramento dualista da compra e venda – Uma breve introdução à CISG	655
3.	Noções conceituais e natureza obrigacional	659
4.	Classificação do contrato de compra e venda	662
5.	Elementos essenciais da compra e venda.....	667
5.1	Generalidades.....	667
5.2	Consentimento	668
5.3	Preço.....	692
5.4	Coisa (objeto da compra e venda)	701
6.	Efeitos jurídicos decorrentes da compra e venda.....	703
6.1	Prolegômenos.....	703
6.2	Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção.....	705
6.3	Responsabilidade pela perda ou deterioração (pericimento) da coisa adquirida	706
6.4	Responsabilidade pelas despesas.....	709
7.	Situações especiais de compra e venda	711
7.1	Noções gerais	711
7.2	Venda por amostras.....	711
7.3	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	713
8.	Cláusulas especiais (adjetas) na compra e venda	719
8.1	Generalidades.....	719
8.2	Retrovenda	720
8.3	Venda a contento e venda sujeita à prova	725
8.4	Preempção ou preferência convencional.....	728
8.5	Reserva de domínio.....	736
8.6	Venda sobre documentos.....	740
9.	Venda de bens públicos.....	743

Capítulo II ► Contrato de Troca ou Permuta	745
1. Prolegômenos sobre a troca ou permuta	746
2. Noções conceituais e elementos caracterizadores.....	748
3. Classificação do contrato de troca ou permuta.....	749
4. A permuta de valores desiguais (permuta com saldo).....	751
5. Aplicação das regras da compra e venda.....	753
6. Permuta de bens públicos	755
Capítulo III ► Contrato Estimatório ou Consignatório	757
1. Noções conceituais sobre a venda por consignação	757
2. Elementos caracterizadores.....	760
3. Classificação.....	765
4. Natureza jurídica da obrigação do consignatário: obrigação facultativa ou alternativa?.....	766
5. Inversão da teoria dos riscos.....	768
6. O desfazimento do contrato estimatório e a proteção do terceiro adquirente de boa-fé	769
7. Causas extintivas do contrato e os efeitos da eventual falência do consignatário.....	770
Capítulo IV ► Contrato de Doação.....	773
1. Generalidades sobre a doação.....	774
2. Noções conceituais e características fundamentais.....	775
3. Classificação do contrato de doação.....	780
4. A promessa de doação.....	783
5. Elementos componentes do contrato de doação.....	785
5.1 Prolegômenos.....	785
5.2 O sujeito.....	786
5.3 O objeto.....	789
5.4 Mútuo consentimento.....	793
5.5 Forma.....	795
6. Vedações legais à doação.....	796
6.1 Noções gerais	796
6.2 Proibição de doação universal	796
6.3 Proibição de doação inoficiosa.....	799
6.4 Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	803
6.5 Proibição de doação pelo devedor insolvente	806
7. Situações especiais de doação.....	807
7.1 Generalidades.....	807
7.2 Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal)	807
7.3 Doação remuneratória.....	810
7.4 Doação mista	810
7.5 Doação contemplativa ou meritória.....	811
7.6 Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa	812
7.7 Doação de ascendente para descendente	812

7.8	Doação para entidade futura.....	815
7.9	Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação propter nuptias).....	815
8.	Doação de bens públicos.....	816
9.	Revogação da doação.....	818
9.1	A extinção da doação.....	818
9.2	A revogação da doação.....	819
9.3	Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	820
9.4	Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	820
9.5	Revogação da doação por ingratidão do donatário.....	823
Capítulo V ► Contratos de Empréstimo: Comodato e Mútuo.....		829
1.	Noções conceituais sobre o empréstimo como uma figura contratual.....	829
2.	O comodato.....	831
2.1	Noções conceituais.....	831
2.2	Elementos caracterizadores do comodato.....	833
2.3	Prazo do empréstimo.....	837
2.4	Classificação do comodato.....	840
2.5	Promessa de comodato (<i>pactum de commodando</i>).....	842
2.6	Obrigações do comodatário.....	842
2.7	Obrigações do comodante.....	845
2.8	Comodato de bem público.....	847
2.9	Teoria dos riscos no contrato de comodato.....	848
2.10	Extinção do comodato.....	848
3.	O mútuo.....	850
3.1	Noções conceituais.....	850
3.2	Elementos caracterizadores do mútuo.....	851
3.3	Capacidade das partes envolvidas e o mútuo feito a um menor (Senatus Consulto Macedoniano).....	853
3.4	Classificação do mútuo.....	856
3.5	Prazo do contrato de mútuo.....	857
3.6	Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício).....	857
3.7	Extinção.....	864
Capítulo VI ► Contrato de Prestação de Serviços.....		867
1.	Breve introdução à prestação de serviços humanos.....	867
2.	Noções conceituais da prestação de serviços e suas características: os confins divisórios com os contratos de trabalho, de empreitada e de consumo.....	870
3.	Classificação do contrato de prestação de serviços.....	877
4.	Objeto da prestação de serviços.....	880
5.	Remuneração do prestador de serviços.....	883
5.1	Generalidades.....	883
5.2	Arbitramento da remuneração pelo juiz.....	884
5.3	Remuneração acima do décuplo do salário-mínimo e a (des)necessidade de prova escrita.....	885

5.4	Periodicidade da remuneração.....	886
5.5	Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente.....	887
6.	Prazo de duração da prestação de serviços.....	889
7.	Aliciamento do prestador de serviços.....	892
8.	Obrigações recíprocas na prestação de serviços.....	896
9.	Competência da Justiça do Trabalho para dirimir conflitos decorrentes da prestação de serviços.....	896
10.	Extinção do contrato de prestação de serviços e o direito à certificação.....	899

Capítulo VII ► Contrato de Empreitada..... 903

1.	Prolegômenos sobre a empreitada.....	904
2.	Noções conceituais sobre a empreitada e distinções relevantes.....	906
2.1	Tentativa conceitual.....	906
2.2	O objeto da empreitada.....	908
2.3	Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista.....	909
3.	Classificação do contrato de empreitada, a possibilidade de subempreitada e os efeitos da morte do empreiteiro.....	910
4.	Espécies de empreitada.....	915
4.1	Generalidades.....	915
4.2	Empreitada de labor ou de mão de obra.....	916
4.3	Empreitada de materiais ou mista.....	918
4.4	Empreitada por administração.....	919
4.5	<i>Engineering</i>	920
5.	O preço da empreitada.....	921
5.1	Noções gerais sobre o preço.....	921
5.2	Espécies de empreitada em relação ao preço.....	922
5.3	Empreitada por preço determinado.....	922
5.4	Empreitada por unidade de medida.....	925
5.5	Pagamento do empreiteiro e prazo prescricional para cobrança de sua remuneração....	926
6.	O recebimento da obra.....	927
7.	Prazo de garantia e responsabilidade do empreiteiro.....	930
7.1	Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário.....	930
7.2	Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista.....	935
7.3	Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído).....	936
8.	Competência judicial para processar e julgar eventuais conflitos decorrentes da empreitada.....	938
9.	Proteção do direito autoral ao projeto de construção.....	940
10.	Suspensão do contrato de empreitada.....	943
11.	Extinção do contrato de empreitada.....	947

Capítulo VIII ► Contrato de Depósito..... 949

1.	Generalidades sobre o depósito.....	949
2.	Noções conceituais e características fundamentais.....	951

3. Classificação do contrato de depósito.....	956
4. Objeto do depósito.....	959
5. Espécies de depósito.....	964
6. Aplicação da teoria dos riscos.....	970
7. Obrigações das partes.....	971
7.1 Obrigações do depositante.....	971
7.2 Obrigações do depositário e a ação de depósito.....	972
8. A situação atual da prisão civil do depositário infiel (o controle de convencionalidade do art. 652 do Código Civil).....	974

Capítulo IX ► Contrato de Mandato 981

1. Prolegômenos sobre o mandato.....	982
2. Noções conceituais e características fundamentais.....	983
3. Distinções fundamentais: o mandato, a representação e a procuração.....	985
4. Classificação do contrato de mandato.....	990
5. Objeto do contrato de mandato.....	994
6. Sujeitos do contrato de mandato.....	995
6.1 Generalidades.....	995
6.2 Mandato conjunto ou simultâneo.....	997
6.3 Responsabilidade solidária no mandato.....	997
7. O substabelecimento.....	998
8. Atuação das partes (mandante e mandatário).....	1001
8.1 Obrigações do mandante.....	1001
8.2 Obrigações do mandatário.....	1002
8.3 O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário.....	1003
9. Mandato e terceiros de boa-fé (o mandato aparente).....	1005
10. Espécies de mandato.....	1008
11. (Ir)revogabilidade do mandato.....	1010
12. Mandato em causa própria.....	1012
13. Extinção do contrato de mandato.....	1014

Capítulo X ► Contrato de Corretagem..... 1019

1. Generalidades sobre a corretagem.....	1019
2. Noções conceituais e distinções relevantes com outras figuras jurídicas.....	1021
3. Classificação.....	1024
4. Espécies de corretagem.....	1028
5. A remuneração do corretor.....	1032
6. A natureza da obrigação do corretor: de meio ou de resultado?.....	1041
7. Obrigações do corretor no âmbito do contrato de corretagem.....	1043
8. Aspectos processuais e competência judicial.....	1045

Capítulo XI ► Contrato de Locação..... 1049

1. Breve histórico.....	1049
-------------------------	------

2. A locação na sociedade de mercado.....	1052
3. Campo de incidência do Código Civil.....	1054
4. Elementos contratuais	1060
4.1 Cessão do uso e gozo	1060
4.2 Coisa infungível	1062
4.3 Retribuição (aluguel)	1063
4.4 Temporariedade (prazo).....	1067
5. Natureza jurídica	1069
6. Obrigações dos contratantes.....	1073
6.1 Obrigações do locador	1073
6.2 Obrigações do locatário.....	1080
7. Extinção da locação	1084
7.1 Extinção da locação com prazo.....	1085
7.2 Extinção da locação sem prazo	1087
7.3 Extinção pela venda do bem locado.....	1090
7.4 Extinção pelo inadimplemento	1092
7.5 Extinção pela morte de uma das partes.....	1093

Capítulo XII ► Contrato de Fiança..... 1093

1. Introdução ao estudo das garantias creditícias	1095
2. Noções gerais do contrato de fiança.....	1101
3. Características primordiais	1107
4. Regramento da fiança.....	1113
5. Eficácia da fiança	1117
6. Extinção da fiança.....	1126
6.1 Decurso do prazo e exoneração do fiador	1126
6.2 Morte do fiador.....	1129
6.3 Causas imputáveis ao credor	1130
6.4 Causas extintivas diretas genéricas.....	1134
6.5 Causas extintivas indiretas.....	1135

Bibliografia 1137

SUMÁRIO

PALAVRAS PRÉVIAS À GUISA DE APRESENTAÇÃO	17
PREFÁCIO	23
APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	25
Referências – Introdução	29
Capítulo I	
DIREITOS REAIS	31
1. Conceito	31
2. Características Fundamentais dos Direitos Reais	33
2.1. Absolutismo	33
2.2. Seqüela	38
2.3. Preferência	39
2.4. Taxatividade	41
3. A Relação Jurídica de Direito Real	47
4. Classificação.....	50
5. Obrigações <i>Propter Rem</i>	54
6. Referências – Direitos Reais	58
Capítulo II	
POSSE	59
1. Breve Histórico da Posse	59
2. Teorias e Definição da Posse	60
2.1. Teoria Subjetiva (Clássica) de Savigny	60
2.2. Teoria Objetiva de Ihering	62
2.3. Definição da Posse	65
3. Natureza da Posse	67
4. A Função Social da Posse e o Direito de Moradia	72
4.1. Generalidades: a Posse Vocacionada à Pessoa Humana	72
4.2. A Desapropriação Judicial Indireta (ou desapropriação privada)	78
4.3. A Legitimação da Posse	94
4.4. A Posse e os Conflitos Multitudinários	96
4.4.1. A tensão entre posse e propriedade	96
4.4.2. Intervenção do Ministério Público	98
4.4.3. As Invasões Coletivas	103
4.4.4. As Ocupações Coletivas	107
5. Objeto da Posse	113
6. Desdobramento da Posse.....	117
7. Composse	123
8. Detenção.....	127

9. Classificação da Posse.....	141
9.1. Vícios Objetivos da Posse.....	142
9.2. Vício Subjetivo da Posse	150
10. Interversão (convalescimento) da Posse	156
11. Modos de Aquisição e Perda da Posse	160
11.1. Aquisição da Posse	160
11.2. Perda da Posse.....	169
12. Efeitos	170
12.1. Direito aos Frutos.....	170
12.2. Responsabilidade Civil do Possuidor.....	175
12.3. Direito às Benfeitorias	177
12.3.1. Noções Gerais.....	177
12.3.2. As Benfeitorias e a Posse	179
12.3.3. As Benfeitorias e o Direito de Retenção	182
12.3.4. As Benfeitorias e a Posse Derivada de Relações Contratuais	189
12.4. Direito à Usucapião.....	191
12.5. Ações Possessórias.....	191
12.5.1. Fundamentos da Proteção Possessória	191
12.5.2. A Tutela Jurisdicional da Posse	193
12.5.3. As Ações Possessórias em Espécie.....	203
12.5.3.1. Reintegração de Posse	207
12.5.3.2. Manutenção de Posse	213
12.5.3.3. Interdito Proibitório	215
12.5.3.4. Autoexecutoriedade	219
12.5.4. Aspectos Processuais das Ações Possessórias.....	222
12.5.4.1 Aspectos gerais	222
12.5.4.2. O Processo nos Conflitos Possessórios Coletivos	232
12.5.4.3. Natureza Dúplice das Possessórias.....	236
12.5.4.4. Fungibilidade das Possessórias.....	239
12.5.4.5. Cumulação de pedidos	241
12.5.4.6. Competência para processar e julgar a ação possessória	243
12.6. A Tutela da Posse por Outros Mecanismos.....	244
12.6.1. Imissão de Posse.....	244
12.6.2. Ação de Nunciação de Obra Nova	247
13. Referências – Posse.....	249

Capítulo III

PROPRIEDADE	255
1. Breve Histórico da Propriedade	256
2. Propriedade e Domínio	261
3. Da Propriedade às Propriedades.....	266
3.1. Propriedades <i>Versus</i> Propriedades	266
3.2. A Propriedade Intelectual	270

SUMÁRIO

3.3. A Multipropriedade	275
4. O Direito Fundamental de Propriedade Como Garantia de Liberdade	279
5. O Direito Fundamental à Propriedade como Acesso ao Mínimo Existencial	284
6. Estrutura do Direito de Propriedade.....	290
6.1. Faculdade de Usar	292
6.2. Faculdade de Gozar	293
6.3. Faculdade de Dispor	294
6.4. Faculdade de Reivindicar	296
7. Principais Atributos da Propriedade.....	299
7.1. Exclusividade.....	300
7.2. Perpetuidade.....	302
7.3. Elasticidade e Consolidação	303
8. Função Social das Propriedades.....	305
8.1. Generalidades.....	305
8.2. Noção de Função Social.....	307
8.3. A Propriedade como Direito Subjetivo com Função Social	310
8.4. A Propriedade como Relação Jurídica Complexa.....	320
8.5. Função Social da Propriedade Urbana	323
8.6. Função Social da Propriedade Rural	331
8.7. Função Social das Diversas Propriedades.....	340
8.8. Síntese	351
9. A Extensão das Faculdades da Propriedade.....	355
10. Da Descoberta	356
11. Modos de Aquisição da Propriedade Imobiliária	360
11.1. Registro.....	361
11.1.1. Princípios Regentes	361
11.1.2. Da Relação Obrigacional para a Eficácia Real.....	362
11.1.3. Aproximação entre o Título e o Modo	367
11.1.4. Função Social Registral.....	369
11.1.5. Atributos do Registro	372
11.1.6. Distinções Terminológicas	392
11.2. Usucapião.....	394
11.2.1. Breve Histórico.....	395
11.2.2. Conceito e Natureza Jurídica.....	396
11.2.3. Requisitos da Usucapião.....	399
11.2.3.1. Requisitos Pessoais	399
11.2.3.2. Requisitos Reais	403
11.2.3.3. Requisitos Formais	414
11.2.4. Usucapião Extraordinária.....	414
11.2.5. Usucapião Ordinária	421
11.2.5.1. Justo Título	422
11.2.5.2. Boa-Fé.....	428
11.2.6. Usucapião Tabular	429

11.2.7. Direito Intertemporal nas Usucapiões Extraordinária e Ordinária	431
11.2.8. Usucapião Especial Urbana	435
11.2.9. Usucapião Urbana Coletiva	445
11.2.10. Usucapião Urbana Administrativa	450
11.2.11. Usucapião Rural	456
11.2.12. Usucapião Indígena	460
11.2.13. Usucapião Especial do artigo 68 do ADCT	462
11.2.14. Usucapião Pro-Família	464
11.2.12. Questões procedimentais e processuais da Usucapião	468
11.2.13. Usucapião Como Defesa	475
11.3. Acesso	481
11.3.1. Acesso Natural	483
11.3.2. Acesso Artificial – Construções e Plantações	486
11.3.2.1. Aspectos Gerais	486
11.3.2.2. A Tensão entre a Propriedade e a Posse	488
11.3.2.3. A Desapropriação no Interesse Privado	493
12. Modos de Perda da Propriedade	497
12.1. Alienação	498
12.2. Renúncia	499
12.3. Abandono	501
12.4. Perecimento	504
12.5. Desapropriação	506
13. Modos de Aquisição da Propriedade Móvel	509
13.1. Ocupação	509
13.2. Achado do Tesouro	511
13.3. Especificação	513
13.4. Confusão, Comissão e Adjunção	514
13.5. Usucapião	516
13.6. Tradição	519
14. Propriedade Resolúvel e <i>Ad Tempus</i>	526
15. A Propriedade Aparente	530
15.1. A Fragmentação do Direito de Propriedade	530
15.2. O Significado da Propriedade Aparente	531
15.3. Quatro Aplicações da Aparência no Direito de Propriedade	533
16. Propriedade Fiduciária	538
16.1. Noções Introdutórias	538
16.2. Conceito, Elementos e Natureza Jurídica	540
16.3. Constituição da Propriedade Fiduciária	544
16.4. Características da Propriedade Fiduciária	549
16.5. O Inadimplemento do Devedor Fiduciante	557
16.6. A Propriedade Fiduciária Especial de Bens Móveis	562
16.7. O Fim da Prisão Civil do Depositário Infel	569
16.8. A Propriedade Fiduciária de Bens Imóveis	577

SUMÁRIO

16.9. A Propriedade Fiduciária e o Arrendamento Mercantil	584
16.10. Propriedade Fiduciária e Reserva de Domínio	592
17. Propriedade Superfideciária	600
17.1. Conceito e Natureza Jurídica	600
17.2. Conteúdo do Direito de Superfície	606
17.3. O Direito de Superfície no Estatuto da Cidade – o Diálogo de Fontes	613
17.4. Extinção do Direito de Superfície	619
17.5. A Superfície e Outros Modelos Jurídicos	623
18. Referências – Propriedade	627

Capítulo IV

DIREITOS DE VIZINHANÇA	633
1. Noções Gerais	633
2. Uso Anormal da Propriedade	638
2.1. Uso Normal, Causando Incômodos Normais – Solução: Nenhum Direito para o Prejudicado (Danos Lícitos e Ato Lícito)	646
2.2. Uso Normal, Causando Incômodos Anormais, mas Socialmente necessários – Solução: Direito do Prejudicado à Indenização (Dano Ilícito Oriundo de Ato Lícito)	647
2.3. Uso Anormal, Causando Danos Anormais, sem Justificação Social, por Inexistir Interesse Coletivo na Atividade – Solução: o Prejudicado pode Exigir a Cessação do Uso (Dano Ilícito Oriundo de Ato Ilícito)	649
3. Árvores Limítrofes	652
4. Passagem Forçada	653
5. Da Passagem de Cabos e Tubulações	656
6. Das Águas	657
7. Limites entre Prédios e Direito de Tapagem	662
8. Direito de Construir	667
8.1. O Direito de Construir e a Função Social da Propriedade	667
8.2. O Direito de Construir no Código Civil	671
9. Referências – Direitos de Vizinhança	679

Capítulo V

CONDOMÍNIO	681
1. Noções Gerais	681
2. Condomínio Ordinário	684
2.1. Classificação	684
2.2. Conteúdo da Cotitularidade	686
2.3. Exercício da Cotitularidade	691
2.4. Extinção do Condomínio Voluntário	694
2.3. Administração do Condomínio	699
2.4. Condomínio Necessário	701
3. Condomínio Edifício	704
3.1. Noções Gerais	704

3.2.	Natureza Jurídica	711
3.3.	Elementos Constitutivos	715
3.3.1.	Convenção de Condomínio	719
3.3.2.	Regimento Interno	724
3.4.	Direitos dos Condôminos	725
3.5.	Deveres dos Condôminos	731
3.6.	As Sanções Punitivas Condominiais	737
3.6.	Administração do Condomínio	748
3.6.1.	Síndico	748
3.6.2.	Assembléia Geral	753
3.6.3.	Conselho Fiscal	757
3.7.	Extinção do Condomínio Edifício	757
4.	O Loteamento Fechado ou Condomínio de Fato	759
5.	Referências – Condomínio	765

Capítulo VI

DIREITOS REAIS EM COISA ALHEIA	767	
1.	Introdução	767
2.	A Função Social dos Direitos Reais sobre Coisa Alheia	770
3.	Direitos Reais de Fruição	771
3.1.	Enfiteuse	772
3.1.1.	Supressão do Instituto no Código Civil de 2002	772
3.1.2.	Noções Gerais	774
3.1.3.	Objeto	775
3.1.4.	Modos de Aquisição	776
3.1.5.	Conteúdo	776
3.1.6.	Modos de Extinção (Art. 692 do CC/1916)	780
3.1.7.	Peculiaridades	781
3.2.	Servidão	782
3.2.1.	Breve Histórico	782
3.2.2.	Conceito e Natureza Jurídica	783
3.2.3.	Distinções Necessárias	788
3.2.4.	Classificação	790
3.2.5.	Modos de Constituição	793
3.2.6.	Exercício	796
3.2.7.	Extinção	802
3.2.8.	Tutela Processual das Servidões	807
3.3.	Usufruto	808
3.3.1.	Conceito e Características	808
3.3.2.	Distinções Necessárias	811
3.3.3.	Objeto	815
3.3.4.	Modos de Constituição	818
3.3.5.	Direitos do Usufrutuário	827
3.3.6.	Obrigações do Usufrutuário	833

SUMÁRIO

3.3.7.	Extinção.....	837
3.4.	Direito Real de Uso.....	846
3.4.1.	O modelo do Código Civil.....	846
3.4.2.	A Concessão de Direito Real de Uso.....	849
3.4.3.	Concessão de Uso Especial para fins de Moradia.....	851
3.5.	Direito Real de Habitação.....	854
4.	Direitos Reais de Garantia.....	858
4.1.	Teoria Geral.....	858
4.1.1.	Características dos Direitos Reais de Garantia.....	861
4.1.2.	Princípios Básicos dos Direitos de Garantia.....	871
4.1.3.	Distinção entre Direitos de Garantia e de Gozo.....	874
4.2.	Penhor.....	876
4.2.1.	Noções Introdutórias.....	876
4.2.2.	Características do Penhor.....	878
4.2.3.	Direitos e Obrigações do Credor Pignoratício.....	879
4.2.4.	Extinção do Penhor.....	886
4.2.5.	Modalidades de Penhor.....	889
4.2.5.1.	Penhor Rural.....	889
4.2.5.2.	Penhor Industrial e Mercantil.....	895
4.2.5.3.	Penhor de Direitos e Títulos de Crédito.....	896
4.2.5.4.	Penhor de Veículos.....	901
4.2.5.5.	Penhor Legal.....	903
4.3.	Hipoteca.....	906
4.3.1.	A Hipoteca e o Mercado.....	906
4.3.2.	Noções Gerais.....	909
4.3.2.	Modalidades de Hipoteca.....	913
4.3.2.1.	Hipoteca Convencional.....	913
4.3.1.2.	Hipoteca Legal.....	925
4.3.1.3.	Hipoteca Judiciária.....	928
4.3.1.4.	Hipotecas Especiais.....	929
4.3.1.5.	Hipoteca Cedular.....	931
4.3.2.	Remição da Hipoteca.....	932
4.3.3.	Extinção da Hipoteca.....	935
4.4.	Anticrese.....	938
5.	Direito Real à Aquisição – Promessa de Compra e Venda.....	943
5.1.	Noções Gerais.....	943
5.2.	A Promessa como Contrato Preliminar.....	944
5.2.1.	Noções Gerais.....	944
5.2.2.	Eficácia Obrigacional.....	948
5.2.3.	A Eficácia Real do Contrato Preliminar.....	959
5.2.4.	O Contrato Preliminar Impróprio.....	962
5.3.	A Promessa de Compra e Venda no Universo dos Direitos Reais.....	967
5.4.	Temas Controvertidos sobre Promessa de Compra e Venda.....	973
6.	Referências – Direitos Reais em Coisa Alheia.....	986